

-----Ata da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, realizada pelas vinte horas e trinta minutos do dia onze de março do ano de dois mil e dezasseis, na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho, cuja ordem de trabalhos é a seguinte:-----

Ponto 1 - Apreciação e eventual aprovação da 2ª Revisão Orçamental e Plano Plurianual;-----

Ponto 2 - Apreciação e eventual aprovação de "Autorização para assumir compromissos plurianuais - Fiscalização";-----

Ponto 3 - Apreciação e eventual aprovação de "Autorização para assumir compromissos plurianuais - Empreitada";-----

Ponto 4 - Apreciação e eventual aprovação de "Autorização para assumir compromissos plurianuais - Fornecimento";-----

Ponto 5 - Apreciação e eventual aprovação de "Autorização para assumir compromissos plurianuais - Serviços".-----

-----Verificado o quórum, constatam-se as presenças de: João Manuel Teixeira Bettencourt, Tiago Avelar Lima Santos, Manuel Dionísio Leite da Silva em substituição de José Manuel da Silva Gregório, João Natal Lima Bettencourt, Hélder Manuel da Veiga Bettencourt Picanço em substituição de Luzia Barroso Pardal Monteiro Cordeiro, José Manuel Gregório de Ávila, Manuel José da Silva Ramos, Rui Fernandes Sousa Silva em substituição de Paulo José da Cunha Vasconcelos, Manuel Osvaldo Espínola Ramos em substituição de George Ortins Lobão, Paulo Jorge Leite da Cunha, João Eduardo Bettencourt, Ricardo Bettencourt Ramalho, todos do partido Socialista; José Gabriel da Cunha Martins, João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, Fernando Dioclécio Martins Mesquita Gabriel,

Francisco Eduardo Bettencourt Medeiros, Rui Jorge Bettencourt Melo, Manuel Guilhermino da Rocha, Marco Nuno Costa e Silva, todos do Partido Social Democrata.-----

-----Também Presentes o Presidente da Camara Municipal, Manuel Avelar da Cunha Santos, a Vice-Presidente Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro e os Vereadores António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço, Eulália Fernanda Pais Aguiar, em substituição de João Manuel Bettencourt Cunha, e António Manuel Ramos dos Reis.-----

-----Verificando-se que a Mesa da Assembleia Municipal não estava completa, devido á ausência do 1º Secretario, José Manuel da Silva Gregório, o Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro da Assembleia Municipal João Natal Lima Bettencourt para assumir o cargo de 2º Secretário, sendo o cargo de 1º Secretário assumido por Tiago Avelar Lima Santos, conforme determina Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida. Seguidamente deu-se início à leitura e votação da Ata da Reunião Ordinária de dezassete de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente passou-se á “Ordem do dia”.-----

Ponto 1 – Apreciação e eventual aprovação da 2ª Revisão Orçamental e Plano Plurianual;-----

Na sua intervenção inicial, o Presidente da Câmara explicou que este ponto tratava de uma revisão devido à obra do projeto Grotas II, ou seja, o

abastecimento de água a Santa Cruz. Esta obra foi candidatada em junho de 2015 e só foi aprovada em fevereiro de 2016, havendo um desajuste em termos temporais, o que levará a que esta obra não seja concluída em 2016, passando a ser executada nos anos de 2016 e 2017, o mesmo acontece com a sua orçamentação que terá de ser dividida pelos dois anos económicos.-----

O Membro João Costa questionou o Presidente da Câmara pelo desaparecimento no orçamento de 700.000 euros do Programa Operacional 20-20 e sobre o aparecimento de uma rubrica sobre empréstimos a contratar, visto que esta Assembleia ainda não aprovou esta situação. O Presidente da Câmara disse que em relação ao empréstimo, e após aprovação por parte da Câmara Municipal, que está espelhado no orçamento como forma de acelerar o processo de pedido do mesmo e que posteriormente virá à Assembleia Municipal para a sua eventual aprovação. Explicou ainda que está orçamentado um projeto pela GRATER para a Casa de Guadalupe. -----

Quanto à questão sobre a ausência dos 700.000 no orçamento do programa operacional 20-20, deve-se ao facto de a obra não ficar concluída este ano e ter de ser repartida por dois anos. Sendo o primeiro projeto neste novo Programa, a Câmara desconhece o tempo para ser ressarcida nos 85% a que terá direito, o que poderia colocar problemas de tesouraria.-----

O Membro José Ávila referiu que a Câmara Municipal irá proceder ao pagamento da obra em dois anos, porque a mesma se realizará em dois anos económicos, logo a orçamentação terá de refletir essa situação. Questionou o Presidente da Câmara sobre um reforço de 200.000 em

instalações desportivas e recreativas, ao qual o Presidente da Câmara disse que possivelmente a Assembleia Municipal irá aprovar este empréstimo que servirá para colocar nova cobertura no Pavilhão Municipal. -----

O Membro João Costa questionou o Presidente da Câmara sobre o valor orçamentado para duas obras, Parque Industrial e Grotas II, que não dará para as duas, dizendo que não sabe como poderá este orçamento estar em vigor desta forma. O Presidente da Câmara respondeu dizendo que ainda não poderão concorrer ao Projeto do Parque Industrial porque o Aviso ainda não saiu e que logo que possível o irão fazer. Explicou ainda, quanto ao projeto Grotas II, que o Governo da República na altura, junto da Comissão Europeia elegeu a colocação de asfalto, entre outras, como prioridade negativa, o que levou a uma menor comparticipação de fundos comunitários nesta obra, sendo só comparticipada em 85% dos 663.000 euros sendo o restante não elegível comparticipado na totalidade pela Câmara Municipal. Salientou ainda que o Parque Empresarial é para avançar.-----

O Membro João Costa voltou a questionar o Presidente da Câmara sobre um adiamento não declarado do Parque Empresarial, ao qual o Presidente respondeu que a obra é para avançar, estando a ser realista quanto às questões externas à Câmara como o início da candidatura e posterior aprovação.-----

O Membro José Ávila questionou o Presidente da Câmara sobre o atraso na atribuição de fundos comunitários; quanto às prioridades negativas como estruturas desportivas, culturais e vias de comunicação e qual o Governo que negociou e se a Câmara colaborou com a proposta. Em

relação aos 200.000 € para a recuperação do Pavilhão Municipal que está degradado, referiu que o Pavilhão Municipal teve um custo a quando do contrato de cerca de 1,7 milhões de euros, sendo o efetivamente pago 1,8 milhões de euros, com a revisão de preços mais 138 mil euros, trabalhos a mais 366 mil euros e erros e omissões mais 22 mil euros, custando no total 2,4 milhões de euros e agora com a sua recuperação 2,6 milhões de euros.-----

O Presidente da Câmara em relação às prioridades negativas que foram negociadas pelo anterior Governo, referiu que para a Graciosa isso era mau, porque existe necessidade de asfaltar algumas estradas na Graciosa. Quanto ao Pavilhão Municipal referiu que se encontra numa zona má por estar próximo do mar, mas se a recuperação não for feita agora, mais tarde será mais dispendioso. Salientou que em relação aos números apresentados pelo Membro José Ávila, falta ainda referir a indemnização à Somague num valor próximo dos 300.000 €. Constatou que a obra passou por uma questão de problemas graves e que este investimento é a pensar no desporto da ilha.-----

O Membro Paulo Cunha referiu que o problema da rede de águas já tinha sido apresentado por ele a esta Assembleia, e que felicita o Município por esta obra, apesar da burocracia aumentar o tempo de espera do processo. Em relação ao Pavilhão é com agrado que se prevê esta intervenção, mas que os 200.000 € serão investidos na cobertura mas que existem outros problemas no mesmo. O Presidente da Câmara referiu que para além da cobertura estão incluídas as laterais viradas ao mar. -----

O Membro João Costa disse que o PSD acha lamentável se proponha uma revisão orçamental sem aprovação dos empréstimos. Disse ainda que em

relação ao projeto Grotas II e à recuperação do Pavilhão o PSD já assumiu como prioridades. Referiu que as prioridades negativas negociadas pelo Governo da altura são conhecidas desde 2013, logo o orçamento aprovado em outubro de 2015 foi mal elaborado, pretendia apresentar um projeto de despesas de capital superior às despesas correntes, o que agora não se irá verificar. Achou estranho a urgência pela Câmara Municipal para marcar a reunião e como se chega ao valor para o empréstimo de 400.000 € sendo em sua opinião 270.000 € seriam suficientes para o projecto Grotas II. -----

O Presidente da Câmara referiu que poderão surgir alguns trabalhos extras no decurso das duas obras previstas. Salientou que em 2009 esta Assembleia aprovou um empréstimo de 2.000.000 € com uma listagem de projetos sem orçamentos e que muitos não se concretizaram. -----

O Membro José Ávila questionou o Presidente da Câmara se havia hipótese de saber à data do projecto que os fundos comunitários comparticipavam oitenta centímetros de vala em vez dos habituais cento e vinte centímetros. Em termos de orçamentação José Ávila refere que para um orçamento ser rigoroso tem de ser executado ao contrário da Casa de Guadalupe orçamentada desde 2002 e que nunca foi executada pela Câmara do PSD ou o Campo de Futebol de São Mateus também orçamentado e que nunca se chegou a iniciar obras. Pediu para o Presidente da Câmara repetir qual o valor que se pagou a Somague de indemnização.-----

O Presidente da Câmara disse que a Somague recebeu de indemnização 291.000 € para ser rigoroso. Em relação às valas não se sabia na altura o que iria ser comparticipado e que o projecto contempla cento e vinte



centímetros. Em relação aos 2.000.000 € de empréstimos pedidos pela Câmara anterior houve diversos projectos que não se executaram e outros que estavam mal projectados como a Terra do Conde que seria para asfaltar sem rede de águas. Portanto quando se fala de rigor esta Câmara está muito melhor do que os executivos anteriores.-----

Manuel José Ramos disse que as obras realizadas pelo município tem uma caução dada pela empresa e pergunta ao Presidente da Câmara porque não foi accionada essa caução. O Presidente disse que a garantia foi perdida com a indemnização.-----

Posteriormente passou-se à votação, tendo sido aprovado com 12 votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto " Esta declaração de voto serve para explicar o motivo da abstenção na votação por parte do PSD. A Abstenção a este ponto deve-se essencialmente por esta revisão ao orçamento inscreve verbas que não estão autorizadas a ser contratadas por esta Assembleia Municipal. Em segundo lugar estamos a ter um orçamento em que as despesas correntes serão superiores às despesas de capital e aquilo que foi a luta desta Câmara Municipal enquanto oposição, mas também de todo o argumento feito de haver necessidade de mais investimento e menos despesa pela primeira vez passamos a ter um orçamento em que as despesas são superiores ao investimento. Por outro lado não queria deixar de dizer que lamentamos o facto de haver uma justificação para contratarmos estes empréstimos, necessidades e alterações com os erros do passado pois é triste que quem acha que no passado estava mal queira repetir os mesmos erros. O PSD não viu explicado o dinheiro que estava

previsto nesta obra os noventa e tal mil euros, quando é que irá ser iniciada a obra do parque empresarial que era uma obra que vem de vários anos e estava inscrita no orçamento no ano anterior, sendo esta a razão principal para o PSD não ter aprovado este orçamento que estavam com duas obras de alguma envergadura e chegamos à conclusão que este ano nenhuma será executada. Não foram levantadas desconfianças mas sim feitas questões muito claras, querendo saber onde está o dinheiro que seria para esta obra e agora não está lá; queremos saber porque razão desapareceram verbas deste orçamento o que poderá colocar em causa o equilíbrio financeiro e poderá trazer dissabores. Estamos num espírito crítico honesto, frontal e sem vergonha de dizermos aquilo que achamos importante para a Graciosa para que não voltem a correr risco desnecessários de obras aparentemente prioritárias e que vão sendo adiadas para momentos eleitorais mais propícios. Esta Câmara Municipal que assumiu funções em 2009 não herdou dívidas substanciais, herdou uma dívida contraída num empréstimo que estava salientada que seria comportável e é pena que este executivo pense que quem vier atrás que se desenrasque".-----

O Partido Socialista apresentou uma declaração de voto. " O Partido Socialista não entende as acusações do PSD porque são infundadas e denotam desconfiança em tudo o que se faz, aliás é uma tradição recente. Votamos favoravelmente esta revisão em nome do rigor orçamental e da transparência para que a Câmara Municipal possa cumprir o seu mandato, cumprindo os seus compromissos eleitorais tendo em conta a melhoria da qualidade de vida dos Graciosenses, tendo em conta as duas grandes obras, a do abastecimento de água à zona norte e também o Parque Industrial".-----


↓


Ponto 2 – Apreciação e eventual aprovação de “Autorização para assumir compromissos plurianuais – Fiscalização”-----

Em relação à Fiscalização “ Rede de Abastecimento de água da Freguesia de Guadalupe e de parte da Freguesia de Santa Cruz – Grotas II” o Presidente da Câmara referiu que na cópia da ata da reunião extraordinária, como na informação nº4, está espelhada toda a informação, não sendo mais do que a dilatação no tempo da obra para o primeiro trimestre de 2017.-----

O Membro João Costa alertou para a situação de os pontos 2 e 3 da ordem do dia estarem relacionados com o Projecto Grotas 2. Passando-se à votação, tendo sido aprovado com 12 votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 3 – Apreciação e eventual aprovação de “Autorização para assumir compromissos plurianuais – Empreitada”;-----

Em relação à Empreitada “ Rede de Abastecimento de água da Freguesia de Guadalupe e de parte da Freguesia de Santa Cruz – Grotas II” o Presidente da Câmara referiu que a situação era semelhante ao ponto anterior e que conforme a documentação enviada estava toda a informação necessária para a análise dos Membros desta Assembleia, e não havendo mais intervenções passou-se à votação, tendo sido aprovado com 12 votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 4 – Apreciação e eventual aprovação de “Autorização para assumir compromissos plurianuais – Fornecimento”;-----

O Presidente da Câmara referiu que este ponto relaciona-se com o fornecimento de material que terá de ser adquirido em dois anos económicos porque não seria possível entrega em tempo útil. Não havendo mais intervenções passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 5 – Apreciação e eventual aprovação de “Autorização para assumir compromissos plurianuais – Serviços”;-----

O Presidente da Câmara referiu que este ponto relaciona-se com o projeto de arquitetura que serão liquidados em dois anos económicos. Não havendo mais intervenções passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----No período da intervenção do público e por não haver inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por encerrado.-----

-----Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão tendo-se elaborado a presente Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

A Mesa da Assembleia Municipal

